

Araújo nega ingresso de Zé Ronaldo no PR

Presidente do PR na Bahia nega articulação para filiação do prefeito Zé Ronaldo, de Feira

ROMULO FARO
REPÓRTER

Presidente do Partido da República (PR) na Bahia, o deputado federal José Carlos Araújo procurou a **Tribuna** para negar que haja articulação em curso pela filiação do prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo, que é do DEM de ACM Neto e estaria buscando um partido para se filiar e passar para o time do governador Rui Costa, de acordo com informações de bastidores publicadas neste espaço. Araújo abre as portas do PR para Zé Ronaldo, mas pondera que nunca tratou o assunto com o prefeito da Princesa do Sertão. "O Partido da República na Bahia está sempre de portas abertas para grandes e importantes quadros da política baiana, como é o caso do atual prefeito da cidade de Feira de Santana, José Ronaldo. Ele será muito bem-vindo ao nosso partido. O prefeito José Ronaldo dignifica qualquer legenda. O PR ficaria honrado. No entanto, não tive nenhuma conversa com José Ronaldo sobre o assunto. Tudo o que soube foi por meio da imprensa", afirma José Carlos Araújo.

A direção estadual do PR destaca que "continua firme" a aliança firmada em 2016 "com o governador Rui Costa, com o senador Otto Alencar (PSD), com o vice-governador João Leão, e o ex-governador Jaques Wagner". José Carlos Araújo esclarece que continua "amigo" de Otto Alencar. "Tenho conversado e viajado muito com o senador. Estaremos juntos em 2018. Uma amizade de mais de 40 anos jamais iria ser arranhada por causa de mal entendido partidário. Tudo já foi esclarecido. E sou muito grato ao sena-

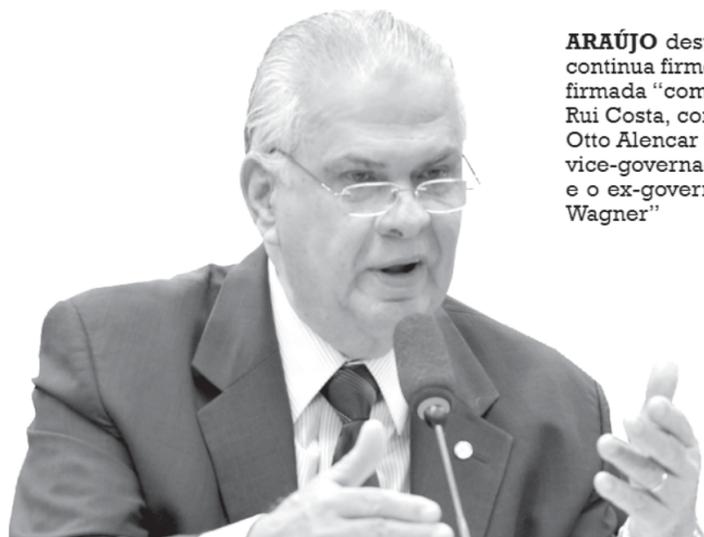
ESTRATÉGIA

A direção do PR da Bahia diz que continua firme a aliança com o governador Rui Costa e que não vê cenário para a mudança de rumo político no estado

dor, que sempre me ajudou e tenho certeza que vai continuar me ajudando", reitera o presidente do PR baiano.

Araújo lembra à **Tribuna** que assumiu o comando do PR na Bahia num momento em que o partido estava sem rumo definido, inclusive quase com o ACM Neto em 2016 na disputa pela Prefeitura de Salvador. "Assumi o partido no mês de março de 2016. Um partido destruído, com brigas internas, fraco. Fui presidente do PR. Quando saí, deixei o partido com seis deputados federais, cinco deputados estaduais e 43 prefeitos. Para a minha tristeza, nesse meu retorno, encontrei o PR sem nenhum deputado estadual, com dois deputados federais e com apenas nove prefeituras", diz o deputado.

Ele destaca o retorno da estabilidade entre o PR e Rui. "Em pouco tempo, a situação se reverteu. Reunificado, o partido foi contemplado pelo governador com a Secretaria de Turismo (Setur), atualmente comandada por José Alves Peixoto. Hoje o partido tem três deputados federais e 21 prefeitos, 21 vice-prefeitos e mais de 200 vereadores".



ARAÚJO destaca que continua firme na aliança firmada "com o governador Rui Costa, com o senador Otto Alencar (PSD), com o vice-governador João Leão, e o ex-governador Jaques Wagner"

Temer homenageia mães e destaca papel da mulher

AGÊNCIA ESTADO

O presidente Michel Temer ressaltou a dupla jornada de trabalho da mulher brasileira em vídeo que gravou em homenagem ao Dia das Mães e publicado ontem na página do Palácio do Planalto, na internet. Temer fez menção às mães que contam com as parcerias de companheiros e familiares na tarefa de cuidar dos filhos, mas fez questão de mencionar o grande número de mulheres que assumem sozinhas a tarefa de chefes de famílias. "O dia das mães é uma data que ninguém esquece. Todos se lembram dele. Eu quero aproveitar esse dia especial para destacar a luta e a participação constante das mulheres brasi-

leiras com seus filhos sejam eles crianças, jovens ou adultos", disse no vídeo com duração de 1 minuto e 36 segundos. "Muitas contam com a parceria de companheiros e parentes, mas não são poucas as mães que assumem sozinhas a tarefa de chefes de família. As brasileiras cuidam com coragem da casa, dos filhos e do emprego, exercendo a chamada dupla jornada", disse Temer. Em sua mensagem ele destacou ainda que são "mães batalhadoras de todas as idades nas cidades e no campo que merecem nosso reconhecimento". Ele disse também que a sociedade e o governo têm que evoluir mais para assegurar a todas as mulheres o direito de viver com saúde, igualdade e não serem alvos de violência.

Dilma pediu 'paciência' sobre pagamento, diz Mônica

AGÊNCIA ESTADO

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) pediu que Mônica Moura tivesse "paciência" com os atrasos nos pagamentos da Odebrecht, disse a delatora em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF). Segundo Mônica, a empreiteira não pagou R\$ 25 milhões via caixa 2 que haviam sido acertados devido aos serviços de marketing político prestados à campanha de Dilma à reeleição em 2014. "Quando chegou o final de 2014, a campanha acabou, nós ganhamos (a eleição), a Lava Jato estava adiantada. E aí esses R\$ 25 milhões nunca foram pagos, nunca foram depositados na conta da Shell Bill (conta mantida pelo casal na Suíça), a Odebrecht já 'tava' com medo, tinha confusão em torno disso", disse Mônica Moura ao MPF. A empresária definiu a experiên-

cia como a primeira vez em que recebeu "cano da Odebrecht" por conta da "situação que estava acontecendo". De acordo com a delatora, o assunto foi discutido com Dilma Rousseff em vários encontros no Palácio da Alvorada ao longo de 2015. "Você precisa ter paciência, espera que eles vão resolver", disse Dilma à empresária, conforme depoimento. "Foi um ano intenso para não ganhar um tostão. Essa campanha não nos deu um real de lucro, porque todo o lucro que a gente ia receber depois ficou travado", comentou Mônica Moura, ao falar do impacto da Lava Jato.

O valor oficial combinado para o marketing político do marqueteiro João Santana, marido de Mônica, foi de R\$ 70 milhões Outros R\$ 35 milhões seriam pagos pela Odebrecht via caixa 2 - dessa parte, apenas R\$ 10 milhões foram efetivamente pagos, de acordo com a empresária. Antes dos problemas com atra-

mentos no pagamento de caixa 2 da Odebrecht, a delatora afirmou em depoimento que Dilma deixou claro que ela mesma ia cuidar de sua campanha em 2014.

"A Dilma me disse isso: 'O PT não vai se envolver em nada, eu não quero o PT em nada, não quero o Vaccari (João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT) em nada, porque não confio nele'. Ela me falou assim mesmo: 'Não quero mais que o PT se meta'", relatou Mônica. De acordo com a empresária, Dilma não queria mais ninguém do PT cuidando da campanha dela porque a petista já se considerava fortalecida por ser presidente e buscar a reeleição.

Em nota enviada à imprensa, a assessoria de Dilma Rousseff disse que a petista "nunca negociou doações eleitorais ou ordenou quaisquer pagamentos ilegais a prestadores de serviços em suas campanhas, ou fora delas".



MÔNICA disse que a empreiteira não pagou R\$ 25 milhões via caixa 2 que haviam sido acertados devido aos serviços de marketing político prestados à campanha em 2014

Dois projetos da prefeitura esquentam a semana na Câmara de Salvador

ROMULO FARO
REPÓRTER

Os vereadores de Salvador começam a próxima semana com a atenção voltada a dois projetos de autoria do Executivo (prefeitura) que tramitam na Câmara Municipal. Um deles já tramita com status de polêmica: o que prevê autorização para que a prefeitura venda 32 terrenos considerados 'inservíveis' para o poder público. A outra matéria, que chegou ao Legislativo na quinta-feira (11), é o Projeto de Lei nº 264/17, que altera o Código Tributário e de Rendas do Município (Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006). 'O objetivo é tornar facultativa a cobrança de dívidas até R\$ 1 mil', o que, segundo justificativa do prefeito ACM Neto (DEM) na mensagem que acompanha a proposta, representa "a grande maioria dos s débitos inscritos na Dívida Ativa do Município". Com a nova redação proposta, a Procuradoria Geral do Município "poderá autorizar o não ajuizamento de execuções fiscais de débitos tributários ou não, de valores consolidados iguais ou inferiores a R\$1mil", por meio de autorizações individualizadas. O prefeito requer que a tramitação do projeto seja em regime de urgência.

A intenção da modificação, segundo explicação do prefeito, "é tornar a redação do texto mais clara,



diantes de dúvidas judiciais sobre a possibilidade ou não da Procuradoria Jurídica cobrar valores menores, o que demonstra uma necessidade de autorização legal geral para ajuizamento dessas ações".

Na mensagem, o prefeito destaca ainda que a cobrança "não tem o condão de interromper a prescrição, o que exige o ajuizamento da execução fiscal, sob pena de ficar caracterizada a renúncia de receita e ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal". Em estágio mais avançado, o Projeto de Lei nº 223/17, também de chamado de 'projeto da desafetação', já tem aval da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e agora segue para a Comissão de Finanças e Orçamento.

UM DOS principais projetos que serão debatidos no Legislativo Municipal amplia o auxílio educação para servidores e dependentes até o 3º ano do ensino médio

A matéria já é alvo de intenso protesto da oposição. A bancada da minoria argumenta que não houve discussão com a população, e que a prefeitura não detalha o que fará com o dinheiro arrecado com a venda dos 32 terrenos espalhados em mais de 10 bairros de Salvador. O líder do governo, vereador Henrique Carballal (PV), minimiza as críticas, e afirma que o projeto será debatido a rigor com a minoria antes de ir à votação em plenário.

Na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) o clima é mais ameno, com previsão de votação apenas de projetos dos próprios parlamentares. Não há previsão de apreciação de nenhuma matéria considerada polêmica.

Legislativo recebe projeto que beneficia servidores municipais

A Câmara de Salvador recebeu, na última sexta (12), mensagem do Executivo Municipal com o Projeto de Lei nº 02/1 que altera e acrescenta dispositivos ao Estatuto do Servidor, ao Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município. A proposição vai tramitar nas comissões da Casa e segue para apreciação em Plenário. O ponto principal da proposta é o que amplia o auxílio educação para servidores e dependentes até o 3º ano do ensino médio. O parágrafo 1º, do artigo 74, da Lei Complementar nº 1, garantia o benefício até a 8ª série do Ensino Fundamental. A matéria assegura a concessão de auxílio alimentação a médicos, enfermeiros, técnicos em serviços de saúde e de enfermagem do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em regime de plantão.

O texto também prorroga a concessão de abono mensal para agentes de suporte operacional e administrativo, na área de qualificação de suporte de serviços de copa e cozinha e médicos. A proposição ajusta, ainda, as regras para a contratação temporária, incluindo as funções de auxiliar de desenvolvimento infantil e auxiliar de serviços gerais para atender às necessidades essenciais dos órgãos e entidades da administração municipal, enquanto não houver candidatos aprovados em concurso em número suficiente para suportar a demanda mínima dos serviços. A proposta prevê a possibilidade de pagamento de jeton para os membros de comissões coordenadoras de processos seletivos e de concursos públicos, de comissões de avaliação curricular ou de Titulos de processos seletivos.